



4254 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)  
GT12 - Currículo

## AS REDES DISCURSIVAS DE SIGNIFICAÇÃO DO CURRÍCULO E O CAMPOS DAS POLÍTICAS CURRICULARES

Maria Zuleide da Costa Pereira - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
Nathália Fernandes Egito Rocha - UFPB - Universidade Federal da Paraíba  
Miriam Espíndula dos Santos Freire - UFPB - Universidade Federal da Paraíba

O presente artigo destaca a necessidade de se construir novos caminhos para se pensar as políticas de currículo no Brasil que contribuam para a superação das concepções tradicionais ancoradas na ideia da centralidade absoluta do Estado e/ou do essencialismo de classe. Assim, nesse texto, o nosso argumento sustenta a tese de que o diálogo com o Pós-estruturalismo somado a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, potencializa a percepção do currículo como construído em permanente movimento. A partir desses diálogos, enfatizamos o currículo como redes discursivas de significação e defendemos que a análise das políticas curriculares como práticas discursivas tem proporcionado a incorporação de outras dimensões do currículo que foram negligenciados pelas abordagens essencialistas e reducionistas da modernidade.

**Palavras-chave:** Currículo. Redes discursivas de significação. Políticas curriculares.

### Introdução

Nos últimos anos, diversas pesquisas e estudos foram desenvolvidos em torno do currículo e das políticas curriculares. Além disso, considerando, sobretudo, políticas como a BNCC, os debates tornam-se mais fortalecidos. Inúmeras produções analisam a prevalência do papel do Estado no estudo e nos debates de tais questões. Nesse sentido, entendemos que se tende a reduzir as análises das políticas de currículo ao nível das estruturas do poder estatal.

Para nós, conferir centralidade absoluta ao Estado no trato das políticas curriculares tem produzido a supervalorização e, muitas vezes, a redução da concepção de currículo ao nível dos documentos oficiais e, desse modo, desconsidera-se o currículo enquanto devir, isto é, são negligenciadas outras dimensões constitutivas do currículo, como, por exemplo, a circularidade de saberes no cotidiano escolar.

Nesse texto, estamos propondo que os estudos e as pesquisas em políticas curriculares estejam abertos a outras abordagens que superem leituras e interpretações reducionistas e essencialistas das políticas curriculares. Nesse sentido, realizaremos aproximações entre teorias de currículo e o pós-estruturalismo, em especial, a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe.

Dentro dessa perspectiva, estamos propondo novas abordagens para pensar o campo das políticas de currículo, isto é, análises que considerem sua complexidade diante das inúmeras possibilidades interpretativas em função de sua dinâmica, de sua abrangência e da multiplicidade de caminhos e de contextos sociais e culturais em que tais políticas são tecidas.

Assim, em nosso entendimento, analisar as políticas de currículo é compreender que os discursos fixam seus sentidos e são produzidos a partir de uma significação do tempo e do lugar, ou seja, em seus contextos. Portanto, quaisquer outros objetos de análise não são pré-existentes ao processo relacional, como tal, eles são constituídos e constituidores dentro desse processo.

### O currículo como redes de significação discursivas

As discussões recentes no campo do currículo nos levaram a assumir a concepção de currículo como redes discursivas de significação (polissemia de sentidos), por favorecer as interpretações de discursos múltiplos na análise das questões emergentes no campo curricular. Algumas dessas questões entrelaçam, no âmago das políticas curriculares, significantes importantes como hegemonia, conhecimento, cultura, gênero, raça/etnia, religião, geração, orientação sexual, etc. Para que essas questões possam de fato fluir com mais relevo, estamos pensando o currículo numa perspectiva pós-estrutural, ou seja, defendemos o currículo como redes de significação discursivas, enfatizando discursos plurais que, a partir do movimento de tempo e lugar, vão formando hegemonias, entrelaçadas em redes, capazes de produzir novas significações aos debates nesse campo.

A Teoria do Discurso demonstra impossibilidades de se assumir uma representação universalista de discurso, por entender que toda representação é assumida como realidade construída discursivamente. Essa perspectiva da Teoria do Discurso proposta por Laclau (2005, p. 93) está pautada no jogo das diferenças, ou seja, qualquer que seja a centralidade adquirida por um elemento, este deve ser explicada pelo jogo das diferenças. Nesse caso, fica evidente que a noção de discurso de Laclau (2005, p. 138) dialoga com os *jogos de linguagem* de Wittgenstein, o que implica na afirmação de que as palavras e as ações se articulam "de maneira que a função de fixação nodal nunca é uma mera operação verbal".

O diálogo com essas epistemologias é fundamental para que possamos significar e ressignificar o currículo, aqui entendido como redes discursivas de significação, ou seja, os discursos produzidos sobre ele, não são pré-existentes ao processo relacional, ao contrário, são constituídos e constituidores dentro desse processo, dentro do jogo entre equivalência e diferença.

A partir dessa intenção epistêmica, nossa ousadia nos faz afirmar que os discursos construídos no âmbito do currículo têm sua gênese vinculada às macro políticas (universalistas) vinculadas às agências institucionais que normatizam as políticas educacionais e curriculares no Brasil, a exemplo, do Ministério da Educação (MEC) e associações científicas nacionais, conselhos representativos das federações dos setores produtivos, secretarias estaduais e municipais de educação, quanto às micro políticas (particularismos) que se materializam nos espaços das escolas, nas salas de aula, nas instâncias representativas de professores e professoras, de alunos e alunas, de pais, direção, corpo técnico e de apoio da infraestrutura.

Com isso, queremos afirmar que o currículo, assumido como redes de significação discursivas, se constitui no jogo das diferenças, no sentido posto por Laclau (2005). Para que esse jogo das diferenças possa considerar o currículo como redes de significação discursivas faz-se necessário repensar a ideia de currículo hegemônico para os contextos contemporâneos, ou seja, reinterpretá-lo para além do conceito de hegemonia de Marx e Gramsci. O primeiro significa a hegemonia privilegiando as ações centralizadas nas mãos do poder político (Estado) e do poder econômico (classes dominantes). Essa percepção restringe as análises das políticas de currículo à dimensão político/econômica, dando ao conhecimento oficial um *status* privilegiado.

A incorporação do pensamento laclauiano ao debate educacional e curricular rompe com a ideia essencialista de currículo, ou seja, propõe a superação da ideia de que há um currículo predominante que não cede espaço para outras formas de significações. Rejeitamos essa ideia e o significamos como categoria em movimento constante que é produzido a partir das articulações, das equivalências e das diferenças que constituem o jogo social.

Essa forma de constituir uma força social que produz deslocamento pode perfeitamente estar presente no âmbito do currículo e, desse modo, percebemos que as negociações entre os diferentes contextos vão formando redes de significação e produzindo sentidos mais plurais vinculados tanto as relações de poder quanto aos contextos históricos particulares.

Trazendo essas reflexões para o campo institucional educacional concebemos que o significante currículo pode ser também uma totalização improvável de ser objetivada, diante do fato de que significantes flutuantes são expectativas da sociedade e das políticas de currículo globais acerca da educação.

Nesse sentido pensar o currículo como redes de significação discursivas é entender que há um movimento constante de significantes que flutuam entre o que é o incomensurável (modelo idealizado) e o modelo oficializado e o modelo cotidiano. Estes, últimos se corporificam nos espaços educacionais formais e não formais, e, ao se articularem estabelecem sentidos(plurais) que entendemos como redes de significação discursivas construídas politicamente através da negociação, em razão das inúmeras singularidades contextuais em que eles se constituem

As leituras discursivas das políticas de currículo não nos permitem pensá-las como pacotes impostos de cima para baixo ou como dualismos esquemáticos, pois há sempre espaços de reelaboração de seus sentidos e significados. É possível perceber isso na incorporação de temas sobre cultura ao debate educacional e curricular, por exemplo, o discurso em defesa da cultura comum como possibilidade de construção de uma base curricular comum pode fortalecer posições homogeneizantes ou posições voltadas para o respeito às diferenças.

Nosso diálogo com esses estudos e pesquisas que articulam teorias de currículo com a Teoria do Discurso tem nos permitido pensar com maior dinamicidade o currículo, sem cair no relativismo infértil e, ao mesmo tempo, tem fortalecido nossa crítica às interpretações essencialistas e dicotômicas acerca da educação e, em especial, do currículo.

### **Considerações Finais**

Ao longo desse estudo, procuramos argumentar em defesa da tese de que os estudos e pesquisas em políticas curriculares ancorados em conceitos pós-estruturalistas e, de maneira particular, na Teoria do Discurso ganham maior potencialidade no sentido de superar as abordagens dicotômicas e lineares da epistemologia clássica de base cartesiana e de combater as concepções essencialistas e reducionistas das Teorias Críticas.

Seguindo esse caminho, enfatizamos o currículo como redes discursivas de significação que são capazes de produzir pontos fixadores de sentidos sempre contingenciais. Nesse processo, o currículo produz movimentos articulatórios, relacionais e negociados com sentidos sempre abertos aos novos processos de hegemonização.

O currículo como redes de significação discursivas, inserido em disputas hegemônicas, incorpora discursos que perpassam a sociedade, que foram negligenciados pelos grandes sistemas explicativos da modernidade e que emergem por fora das políticas estatais. Desse modo, ganham importância temas e conceitos como pluralidade cultural, direitos humanos, ética, multiculturalismo, emancipação, interdisciplinaridade, multidisciplinaridade, entre outros. Ao mesmo tempo, o currículo como redes de significação discursivas não significa a negação das políticas de Estado, mas a superação das concepções pautadas na ideia de centralidade absoluta do Estado na produção das políticas de currículo.

Portanto, a legitimação de um currículo como redes de significação discursivas ganha materialidade tanto a partir do instituído (políticas oficiais) quanto do currículo que se corporifica no cotidiano das salas de aula e demais espaços educativos e sociais, pela performática (ação) das pessoas. Essas práticas discursivas (singularidades) são fluídas, abertas, contingentes, ambivalentes, plurais e resultam da tensão negociada no jogo das diferenças entre os diversos grupos sociais.

### **Referências**

LACLAU, Ernesto. LA RAZÓN POPULISTA. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.

LACLAU; MOUFFE, Chantal. *Hegemonía y Estrategia Socialista*: hacia una radicalización de la democracia. Madrid: Siglo XXI, 1987. (Publicação original em 1985).

